



Novo texto da PEC 6/19 traz muitos desafios (Foto: Imprensa Condsef)

Especialistas apontam riscos que permanecem na reforma da Previdência

Com a volta do recesso no Congresso Nacional prevista para o próximo dia 5, entidades e sociedade civil organizada seguem um trabalho de pressão e exposição de parlamentares que votaram contra o direito a aposentadoria dos brasileiros. Os 379 votos favoráveis ao texto da proposta de reforma da Previdência no 1o turno na Câmara dos Deputados dão a dimensão do desafio da classe trabalhadora na luta em defesa da Previdência Pública. O Fonasefe tem programação e atividades de pressão previstas para a próxima semana quando parlamentares devem retornar de seus estados. Nessa terça-feira, em Brasília, o Fonacate e Sindilegis reuni-

ram especialistas das áreas econômica, jurídica e parlamentar para apontar os principais riscos que ainda permanecem no texto da reforma.

São pontos que devem ser foco de atenção dos trabalhadores nas próximas movimentações previstas no Congresso. O economista do Dieese, Clovis Scherer, separou os desafios em sua exposição em três blocos: mudanças estruturais, mudanças que envolvem redução de despesas e reestruturação do RPPS, o regime próprio dos servidores públicos. Para o especialista, garantir a rejeição da capitalização, ameaça direta a estrutura do atual regime previdenciário brasileiro, foi

importante, mas não suficiente.

Os caminhos para possibilitar a privatização do sistema previdenciário seguem abertos. A possibilidade do atendimento privado, nos cálculos de Scherer, alcança cerca de 40% dos casos nos chamados benefícios não programados que incluem pensão, aposentadorias por invalidez, auxílio doença, auxílio reclusão e outros. A possibilidade de tornar entidades fechadas, como o Funpresp, em abertas também está no texto atual. A sobretaxa a servidores aposentados e o fim das aposentadorias especiais são outros pontos polêmicos mantidos no texto da proposta.

Fonte: Condsef

Servidores voltam às ruas contra maldades da reforma

O Sindsep/MA, seguindo orientação da CUT e Condsef, também irá fazer parte das atividades do Dia Nacional de Mobilização, paralisações, greves e atos contra a reforma da Previdência, por educação e empregos, marcada para 13 de agosto.

O evento vai reunir as centrais sindicais, UNE e movimentos sociais, que já vêm realizando des-

de abril atos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019 e cortes na educação.

As regras mais duras para concessão de benefícios previdenciários e o item que prevê a demissão do trabalhador e da trabalhadora de empresa estatal que se aposentar, estão motivando cada vez mais servidores a se organizar para lutar contra a reforma da

Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Além da exigência da idade mínima – 65 anos homens e 62 mulheres -, 40 anos de contribuição para receber o benefício integral, redução dos valores da aposentadoria, das pensões por morte e por invalidez, a reforma ataca diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público

Número de trabalhadores subocupados ou fazendo bicos bate recorde histórico

A taxa de desemprego registrou uma leve queda (12%) no trimestre de abril a junho, o que significa que 12,8 milhões de trabalhadoras e trabalhadores ainda não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho.

Mas, o mercado de trabalho brasileiro fechou o trimestre de abril a junho com dois recordes negativos na série histórica iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas taxas da população subocupada e de trabalhadores por conta própria.

A população subocupada, trabalhadores e trabalhadoras disponíveis e que precisam trabalhar mais horas, mas não conseguem, atingiu 7,4 milhões de pessoas – aumento de 8,7% em relação ao trimestre anterior e de 13,8% em relação ao mesmo período de 2018.

Já o número de trabalhadores por conta própria, que fazem bicos para sobreviver, atingiu a marca de 24,1 milhões de brasileiro, 1,6% a mais em relação ao trimestre anterior e 5% em relação ao mesmo período de 2018.

Os dados da Pesquisa Nacio-

nal por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta quarta-feira (31) pelo IBGE, mostram o desgoverno de Jair Bolsonaro (PSL) na área econômica. Enquanto o presidente passa o tempo liderando sua cruzada medievalista, faltam políticas de geração de emprego e renda e a classe trabalhadora sofre com o desemprego e o trabalho precário.

Subutilização

No segundo trimestre do ano, a subutilização atingia 28,4 milhões de pessoas (3,4% a mais).

O grupo que o IBGE denomina ‘subutilizados’ é formado por trabalhadores desempregados, desocupados, os subocupados, desalentados e uma parcela que não consegue procurar trabalho por motivos diversos. Entre essas pessoas, 12,8 milhões estavam procurando emprego e 4,9 milhões estavam desalentadas.

Desalento

O total de desalentados, trabalhadores que desistiram de buscar emprego depois de muito procurar e não encontrar, 4,9 milhões de pessoas, não teve uma variação significati-

va em relação ao trimestre anterior ou ao mesmo período do ano passado, mas continua alto.

Sem carteira

O número de trabalhadores sem carteira assinada chegou a 11,5 milhões de empregados, um aumento de 3,4% na comparação com o trimestre anterior. Já os com carteira assinada totalizou 33,2 milhões de trabalhadores.

O diretor-adjunto de Pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, resalta alguns pontos positivos dos indicadores divulgados, como o crescimento no número de empregados com carteira assinada e o crescimento da população ocupada, o maior na comparação anual, com aumento de 2,4 milhões de pessoas, mas pondera: são “soluços de crescimento”, ou seja, indicam pequenas recuperações após um cenário desfavorável no mercado de trabalho.

“Ainda há muita informalidade e um déficit expressivo de postos de trabalho com carteira assinada”, analisa.

Fonte: CUT

MARCHA DAS MARGARIDAS 2019

